



Participação democrática em territórios de alta vulnerabilidade social: é possível refletir a partir do que já conhecemos?

Pedro de Almeida Costa¹
Rosinha da Silva Machado Carrion²

Resumo

Uma preocupação central da Gestão Social é a construção e a reinvenção permanente de relações democráticas e participativas que permitam um fluxo de comunicação aberto entre sujeitos políticos, com vistas a um processo de participação política no âmbito societal. Neste trabalho, queremos particularizar esse problema para as coletividades “pouco ativas e pouco articuladas”, que chamaremos de grupos ou territórios em situação de alta vulnerabilidade social. Este artigo tem o objetivo de refletir criticamente a respeito das práticas participativas dos atores sociais de um território com essas características. O estudo foi realizado a partir do diálogo entre dados empíricos, acumulados a partir de uma pesquisa com traços etnográficos, e alguns conceitos da sociologia de Pierre Bourdieu, diálogo esse que permitiu aos autores uma reflexão sobre as políticas públicas, bem como sobre as próprias práticas acadêmicas no campo da Gestão Social. As conclusões provisórias alcançadas apontam que existe risco de essas políticas e práticas, dadas suas condições de produção etnocêntrica, estarem deslegitimando e violentando as

Recebimento: 28/3/2013 • Aceite: 18/6/2013

¹ Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. End: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração. Rua Washington Luiz, 855. Centro. Porto Alegre, RS – Brasil. E-mail: pacosta@ea.ufrgs.br

² Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: carrion@ea.ufrgs.br

formas de participação construídas a partir de um *habitus* particular produzido nesses espaços de alta vulnerabilidade, e que os esses espaços podem ser vistos como *campos* nos quais se disputa a própria noção de “participação”.

Palavras-chave: Participação Social; Gestão Social; Territórios de alta vulnerabilidade

Democratic participation in areas of high social vulnerability: is it possible to think about we already know?

Abstract

A central concern of Social Management is the construction and permanent reinvention of democratic and participatory relationships that allow a flow of open communication between political actors, with a view to a process of political participation in societal context. In this work, we particularize this problem for the "inactive and inarticulate" collectives, what we will call groups or territories in situations of high social vulnerability. This article aims to critically reflect on the participatory practices of social actors of a territory with these characteristics. The study was conducted from the dialogue between empirical data, accumulated from a survey of ethnographic traits, and some concepts of the sociology of Pierre Bourdieu, dialogue which allowed the authors to reflect on the public policies, as well as on own practices academic in the field of Social Management. The provisional conclusions reached indicate that there is risk of such policies and practices, given their conditions of production ethnocentric, are delegitimizing forms of participation constructed from a particular *habitus* produced in those areas of high vulnerability, and that these spaces can be viewed as fields in which they dispute the notion of "participation".

Keywords: Social Participation; Social Management; Areas of high vulnerability

Introdução

Uma preocupação central da Gestão Social, se a entendermos como um processador meio do qual a sociedade pode se organizar para resolver - de modo criativo e inovador - os seus problemas, ou, se preferirmos, para pautar as suas dinâmicas de desenvolvimento, é a construção e a reinvenção permanente de relações democráticas e participativas que permitam um fluxo de comunicação aberto e que realize essa aspiração teórica que temos a respeito de Gestão Social.

Estamos aqui tratando Gestão Social no âmbito chamado por França Filho (2007) de “societal”, portanto, como uma forma de gestão dos espaços públicos nos quais os processos decisórios seriam construídos, como supôs Tenório (2002), por diferentes sujeitos sociais, a partir de relacionamentos intersubjetivos.

Nesse sentido,

A gestão social é vista, pois, como um modelo de gestão voltado ao social, ou aos problemas sociais, que leva em consideração as tensões e conflitos locais, além de promover a integração dos recursos disponíveis em prol de uma coletividade quase sempre pouco ativa e articulada (BOULLOSA e SCHOMMER, 2008, p.7).

Especificamente em coletividades ou territórios “pouco ativos e articulados”, o desafio da Gestão Social parece imenso. Por ser uma proposta inovadora e quase radicalizante do ponto de vista democrático, configura-se como um paradigma novo para a gestão pública - ou para a ação pública - enfrentando, assim, naturais resistências dos defensores do paradigma dominante, de caráter tecnoburocrático. No mínimo, a noção de Gestão Social, como um processo inovador de gestão de espaços públicos, com as devidas implicações nas políticas públicas, provoca uma desacomodação significativa sobre forma de se pensar a relação Estado/Sociedade.

Entendermos que ela designa alguns pressupostos com os quais queremos trabalhar: (i) a noção de imbricamento entre espaço e relações sociais, materializada nas reflexões de Pierre Bourdieu a respeito do espaço e (ii) a noção de vulnerabilidade, que denota a ampliação do conceito de pobreza para uma situação de ausência de direitos e que coloca a pessoa e os grupos em risco social.

O interesse por territórios de alta vulnerabilidade social nasce do envolvimento, nos últimos anos de trabalho empírico dos autores, com a temática, tempo no qual se procurou investigar as dinâmicas locais de Economia Solidária nesses territórios, ação que permitiu que encontrássemos um quadro altamente limitador ao desenvolvimento de iniciativas dessa natureza, o que nos fez refletir sobre as causas dessa “frustração”. Concluímos que o quadro de vulnerabilidade dos processos de mobilização social é composto por questões muito urgentes de reprodução da vida. Esse quadro apresenta-se de uma forma cuja organização não lembra em nada nem as lutas organizadas encampadas por movimentos sociais, nem os formatos institucionalizados das políticas públicas tradicionais. Assim, chegamos à conclusão – intermediária e provisória – de que as concepções de participação, tão caras ao *tipo ideal* de Gestão Social, que se originam tanto de projetos e políticas estatais quanto de movimentos sociais (que desafiam e se opõem a esses projetos e políticas), partilham da mesma racionalidade tecnoburocrática que não consegue ser alcançada pelos grupos vulneráveis.

Desse relativo “desencanto” decorre uma visão limitada, que marca inclusive algumas reflexões acadêmicas, de que tais grupos não participam ou resistem a participar dos espaços que são abertos na esteira da promoção de políticas públicas participativas ou de projetos de mobilização sociais executados por organizações sociais. Outros trabalhos no campo da Gestão Social já apresentaram reflexões a respeito da não participação desses grupos em espaços de políticas públicas locais, sustentando que algumas delas poderiam ter inspiração neoliberal e que, por isso, estariam mascarando a imposição de suas próprias concepções político-ideológicas de forma eufemizada (CARRION e COSTA, 2010; BAUER, COSTA e CARRION, 2010). Entretanto, a permanência no campo de pesquisa sinalizava que não era somente nesses espaços que a participação era baixa. Supunha-se que a baixa participação podia ser atribuída à falta de autenticidade do caráter democrático das propostas do poder local. Entretanto, o mesmo fenômeno era observado quando se tratava da participação em espaços promovidos por projetos de organizações sociais que, do ponto de vista teórico e ideológico, estavam no extremo oposto da proposta estatal.

Essa constatação causou perplexidade e indicou que também as propostas alternativas, ou contra hegemônicas de participação social (não estatais), enfrentavam resistência ou dificuldades em garantir uma participação efetiva e produtiva das pessoas em torno das questões centrais dos projetos executados. Por ser um elemento novo,

no sentido de que não confirmava hipóteses e pressupostos de pesquisas anteriores, essa situação de não participação se mostrou como um desafio de pesquisa interessante, a respeito do qual refletimos neste trabalho.

Por isso, este artigo tem o objetivo de refletir criticamente a respeito das práticas participativas dos atores sociais de um território de alta vulnerabilidade social, no que diz respeito à sua relação com movimentos e outras formas organizativas da sociedade civil, que, em tese, têm a intenção de promover o desenvolvimento e a superação da condição de vulnerabilidade a partir de iniciativas das próprias pessoas implicadas nesse processo.

As reflexões foram realizadas a partir da apresentação de dados de pesquisa coletados em um bairro de Porto Alegre que apresenta características de vulnerabilidade. Além da análise dos dados, lançamos mão de alguns elementos teóricos esperados no âmbito de projetos ditos alternativos ao capital, elementos esses que apresentam, ao mesmo tempo, potencial explicativo para o fenômeno e possibilidade de apontar caminhos para a potencialização da participação, que é condição fundamental para a superação da condição em que se encontram as pessoas nesse território.

Com isso, esperamos poder construir algumas “pistas” teóricas e metodológicas para pesquisas no campo da Gestão Social, e, em especial, quando esta estiver focada em territórios com essas características, e que parecem ser os espaços sociais que mais precisam desenvolver processos de gestão social como mecanismos de superação da condição de vulnerabilidade. Particularmente, um dos autores do presente artigo está coordenando um novo projeto de pesquisa que prevê uma investigação de imersão poderá fim de captar as formas particulares que parecem assumir as dinâmicas locais de desenvolvimento em territórios assim caracterizados.

Para concretizar a proposta deste estudo, o presente artigo está dividido em algumas seções, além da introdução - que procurou contextualizar o leitor em torno da questão de pesquisa em que nos debruçamos. A seguir, apresentamos uma seção com uma revisão breve do referencial teórico a partir do qual analisamos os achados empíricos. Segue uma seção com a explicação sobre o método de pesquisa a partir do qual os dados foram obtidos, dados esses apresentados e discutidos na seção seguinte. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais que tentam lançar bases teóricas e metodológicas para pesquisas futuras.

Alguns conceitos da sociologia de Pierre Bourdieu

Misoczky (2003) sustenta que o uso das formulações de Bourdieu para os estudos organizacionais têm a virtude de politizar as relações do campo e contrariar as abordagens funcionalistas e institucionalistas, nas quais as relações são vistas como uma atividade integradora que acontece no *vazio social*.

Na mesma linha, Gobbi *et al.* (2005), ao revisarem conceitos sobre governança de redes organizacionais, identificam que quase todas as abordagens, mesmo quando politizam as relações nessa rede, admitindo o “imbricamento social” (p.5), ainda não levam em conta as assimetrias entre os agentes. Retomando Bourdieu, tais assimetrias significam diferentes volumes e composições de *capital*, que, por sua vez, resultam em diferentes *posicionamentos relativos* no campo.

[...] Acredita-se que a noção de campo social e outros conceitos formulados por Bourdieu podem ser empregados na compreensão lógica das práticas dos agentes em um espaço social desigual (em que os agentes não são indiferentes às posições ocupadas por outros agentes) e como os mecanismos de governança podem emergir a partir dessa complexidade (GOBBI *et al.*, 2005, p.5).

Nesta seção são explorados alguns conceitos da sociologia de Pierre Bourdieu, com a intenção que eles possam ser usados como ferramentas de interpretação para a *leitura* que se quer fazer da realidade pesquisada. Trata-se do que o próprio Bourdieu (1998a, p.49) chamou de “construção de um novo olhar”, ou “conversão do olhar”, isto é, uma ruptura epistemológica necessária para tentar cercar o objeto que se deseja conhecer.

O foco da pesquisa social para Bourdieu deve ser relacional, pois os diferentes campos constituem-se como *espaços de relações*³, e somente a apreensão das relações pode permitir a revelação das *invariantes* inerentes a todos os campos, dentro do caso particular de um campo específico. O objeto de pesquisa, cuja construção é ponto de partida essencial para a pesquisa social (BOURDIEU, 1998a) deve ser,

³ Algumas expressões do vocabulário em que se apoia a proposta reflexiva de Bourdieu, por aparecerem repetidamente mencionados nas suas diferentes obras, estão destacadas no nosso texto com caracteres itálicos, indicando que o termo foi apropriado da sua obra.

portanto, esse espaço de relações, o campo e os embates que nele são percebidos. “O verdadeiro objeto da análise [...] é a construção social (ou, mais precisamente, política) da realidade” (BOURDIEU, 1998b, p.215).

Campo e *habitus* são dois conceitos básicos e indissociáveis, propostos por Bourdieu, ligados de forma umbilical, ou, como ele mesmo resume, ambos possuem uma *cumplicidade ontológica*. Por isso, são apresentados simultaneamente, pois não seria possível explicar um sem o outro, sem recorrer a uma definição recursiva e circular. São conceitos que, também eles, se definem na sua relação recíproca, nas suas *exterioridades mútuas*.

O campo é um espaço de relações, um mundo social particular, no qual podem ser observadas *invariantes* de uma realidade universal, que é a disputa pelo domínio do próprio campo. Ou ainda: “Todo campo é lugar de uma luta mais ou menos declarada pela definição dos princípios legítimos de divisão do campo” (BOURDIEU, 1998a, p.150). O que Bourdieu chama de *agentes* do campo, e que neste trabalho estão sendo chamados de atores sociais, ocupam posições *relativas* nesse espaço, e que são definidas a partir de acúmulos de diferentes formas de capital. A posição de um ator só faz sentido em relação à posição dos demais atores do mesmo campo.

“Pode-se descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições, tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses (BOURDIEU, 1998a, p.135).

Bourdieu menciona, ao longo de sua obra, campos culturais, artísticos, políticos, acadêmicos, linguísticos, jurídicos, burocráticos, etc., de acordo com o objeto e as relações presentes. Um campo seria resultado de sua gênese histórica e social e é construído pelo conjunto de relações entre agentes distintos – distinguidos a partir da sua posição nesse campo.

As posições dos diferentes agentes no campo, de acordo com as coordenadas dadas pelos seus acúmulos, é, por sua vez, fruto da trajetória e das disposições dos agentes, o seu *habitus*, que o próprio Bourdieu o define:

O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas. Assim como as posições das quais são o produto, os *habitus* são diferenciados; mas também são diferenciadores. Distintos, distinguidos, eles também são operadores de distinções. [...] Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas [...] mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes (BOURDIEU, 1996a, p.21-2).

Para se entender a diferenciação existente entre as posições dos agentes no campo, é preciso que se conheça e reconheça o critério classificatório e distintivo das práticas, gostos, enfim, disposições que fundam a própria distinção. Portanto, é preciso estar no campo para entendê-lo, e, uma vez estando no campo, as classificações moldam o *habitus* do agente de tal modo que, de forma recursiva, o seu próprio *habitus* pode influenciar no esquema classificatório.

Dessa relação é que nasce a *cumplicidade ontológica* entre campo e *habitus*. Os processos de *socialização*, entre os quais Bourdieu destacou a família, a escola e, principalmente, o Estado, são construções estruturadas e estruturantes dos esquemas classificatórios. É através dos processos de socialização, entendidos como atos cognitivos, que são inculcadas as estruturas e formas de classificação e percepção da materialidade das relações do campo, de forma que a subjetividade (*habitus*, disposições cognitivas) passa a encontrar no mundo material (*campo*) estruturas objetivas correspondentes, criando um sentido e um reconhecimento da relação entre objetividade e subjetividade – campo e *habitus* – a partir das suas exterioridades mútuas.

A ordem simbólica apóia-se sobre a imposição, ao conjunto dos agentes, de estruturas cognitivas que devem parte de sua consistência e de sua resistência ao fato de serem, pelo menos na aparência, coerentes e sistemáticas e estarem objetivamente em consonância com as estruturas objetivas do mundo social (BOURDIEU, 1996a, p.118).

A homologia entre estruturas objetivas e subjetividade, decorre – e ao mesmo tempo constrói – um tipo de crença chamado de *doxa* por Bourdieu, que permite a identificação imediata entre a concretude das relações e estruturas materiais de um campo e as disposições cognitivas assimiladas e assumidas pelos agentes:

A crença de que falo não é uma crença explícita, colocada explicitamente como tal em relação à possibilidade de uma não-crença, mas uma adesão imediata, uma submissão *dóxica* às injunções do mundo, obtida quando as estruturas mentais daquele a quem se dirige a injunção estão de acordo com as estruturas envolvidas na injunção que lhe é dirigida (BOURDIEU, 1996a, p.171).

A referida ordem simbólica (ou de sistemas simbólicos) incorporada pelos agentes corresponde a um respectivo capital simbólico.

O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio (BOURDIEU, 1996a, p.145).

Explicado de forma ainda mais detalhada:

Chamo de capital simbólico qualquer tipo de capital (econômico, cultural, escolar ou social) percebido de acordo com as categorias de percepção, os princípios de visão e de

divisão, os sistemas de classificação, os esquemas classificatórios, os esquemas cognitivos, que são, em parte, produto da incorporação das estruturas objetivas do campo considerado, isto é, da estrutura de distribuição do capital no campo considerado (BOURDIEU, 1996a, p.149).

No pensamento de Bourdieu, todo capital é fonte de poder, de tal modo que da posse de capital simbólico é possível o exercício de um *poder simbólico*. “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível, o qual pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1998a, p.7-8).

O poder simbólico, e a dominação dele decorrente, não se assemelha, entretanto, à dominação *weberiana*, assentada em uma legitimidade racional. Bourdieu (1996a) sustenta que nem toda ação social é movida por um cálculo racional que contenha uma intenção pré-determinada do agente. Pelo contrário, a dominação aparece, na concepção de Bourdieu, como uma relação entendida e reconhecida como *natural* pelas partes que se relacionam, em função dos processos de inculcação e socialização que estruturam simbolicamente o campo e as mentes. “Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social” (BOURDIEU, 1996a, p.10).

Tomando o processo de socialização que acontece na família como exemplo, Bourdieu aponta que:

De fato, a família é produto de um verdadeiro trabalho de instituição, ritual e técnico ao mesmo tempo, que visa instituir de maneira duradoura, em cada um dos membros da unidade instituída, sentimentos adequados a assegurar a integração que é a condição de existência e de persistência dessa unidade. (BOURDIEU, 1996a, p.129).

Compartilhando do *sistema simbólico* do campo, os agentes nele presentes podem dominar ou serem dominados sem que o percebam. Bourdieu diferencia a sua ideia de *sistema simbólico* da ideia marxista, que se limita à função política. Para Bourdieu, é a estrutura lógica e gnosiológica dos sistemas simbólicos que são relevantes para se entender como eles podem ser usados no processo

de dominação. Também reforça que a dominação não se opera, necessariamente, com a ação de uma classe social sobre outra, como na tradição marxista. Aliás, Bourdieu rechaça a ideia de classe, preferindo trabalhar com ideia de *distinções* dentro do campo social, a partir das posições relativas entre os agentes.

Tais posições diferenciadas criam uma estrutura de posicionamentos de grupos de agentes que é análoga ao sistema marxista de classes, mas dele se diferencia por não denotar um autorreconhecimento de classe. Para Bourdieu, a ideia de classes é também uma construção social, resultado de uma luta no campo ideológico:

Os sistemas ideológicos que os especialistas produzem para a luta pelo monopólio da produção ideológica legítima – e por meio dessa luta –, sendo instrumentos de dominação estruturantes, pois que estão estruturados, reproduzem sob forma irreconhecível, por intermédio da homologia entre o campo de produção ideológica e o campo das classes sociais, a estrutura do campo das classes sociais (BOURDIEU, 1998a, p.12).

A dominação acontece não a partir de uma classe sobre outra, mas entre cada um e todos os agentes do campo, de forma recíproca e multidirecional, e pode acontecer em função das predisposições aprendidas nas relações, nos processos de socialização, na formação do *habitus*. Para Bourdieu, esse tipo de dominação é uma espécie de

[...] orquestração sem maestro que só se realiza mediante a concordância que se instaura, como por fora e para além dos agentes, entre os que estes são e o que fazem, entre a sua ‘vocação’ subjetiva (aquilo para que se sentem ‘feitos’) e a sua ‘missão’ objetiva (aquilo que deles se espera) (1998a, p.86-7),

E é ainda mais efetiva do que o a ideia *weberiana* de dominação:

As relações de força mais brutais são, ao mesmo tempo, relações simbólicas e os atos de submissão, de obediência, são atos cognitivos que, como tais, põem em prática as estruturas cognitivas, as formas e categorias de percepção, os princípios de visão e de divisão. [...] O reconhecimento da legitimidade, não é, como acreditava Max Weber, um ato livre da consciência esclarecida. Ela se enraíza no acordo imediato ente as estruturas incorporadas, tornadas inconscientes, como as que organizam os ritmos temporais [...] e as estruturas objetivas (BOURDIEU, 1996a, p.115-118).

O poder simbólico, portanto, exerce uma *violência simbólica*, que é a dominação de uma classe (ou melhor, um agrupamento de agentes) sobre a outra, na disputa pelo monopólio da produção ideológica do campo. A violência simbólica resulta da imposição de um sistema simbólico sobre outro, e é tanto mais efetiva quanto menos for reconhecida como tal. Ou seja, o símbolo só é efetivo como um sistema de referência das ações – e moldado por elas – na medida em que é reconhecido pelo conjunto de agentes como referência *natural* ou *universal*.

O poder simbólico é uma forma transformada e irreconhecível de outras formas de poder, e também não é reconhecido como poder. Ele é *eufemizado*, ou seja, apresentado como um conjunto de disposições naturais, compatível com as estruturas objetivas do campo e com as próprias disposições subjetivas dos agentes; por isso ele é ignorado como uma força arbitrária e se materializa nas relações que se estabelecem no campo.

As relações de dominação precisam *eufemizar-se* sob pena de deixarem de ser efetivas, pois estariam, assim, revelando uma intenção em atos que devem aparecer, em nome da sua eficácia simbólica, como um ato desinteressado, natural e universal ao espaço social onde acontecem. “A violência simbólica é tanto mais presente quanto mais mascarada” (BOURDIEU, 2004, p.205).

O poder simbólico exerce violência porque, tendo sido inculcado nos sistemas cognitivos de percepção e classificação dos agentes, torna desnecessário o cálculo racional para se desencadear

um ato obediente, pois ele passa a ser totalmente prescindível perante a força do imperativo da conduta.

“O poder simbólico [...] só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos ‘sistemas simbólicos’ em forma de uma ‘illocutionary force’, mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, na própria estrutura do campo em que se produz e reproduz a crença (BOURDIEU, 1996a, p.14-5).

A disposição para ação, o *habitus*, traz as marcas do processo que o construiu, as marcas da sua produção e essas mesmas marcas garantem a sua reprodução, pois se sedimentam no sistema simbólico que, então, passa a ser compartilhado no campo. Assim acontece com todos os elementos simbólicos de um grupo, como a linguagem, a história, a cultura, as práticas e costumes. Esses artefatos passam a ser estruturas objetivas do espaço social, e delas derivam as categorias de percepção compartilhadas pelos agentes.

O estudo empírico dos campos é a forma adequada de revelar as características comuns a todos os campos, a partir da hipótese de que existem homologias estruturais e funcionais entre todos eles.

Além disso, a paciência das aplicações práticas repetidas deste método [analogia] é uma das vias possíveis (para mim a mais acessível e mais aceitável) da ‘ascensão semântica’ [...] permitindo levar a um nível de generalidade e de formalização mais elevado os princípios teóricos envolvidos no estudo empírico de universos diferentes e as leis invariantes da estrutura e da história dos diferentes campos (BOURDIEU, 1998a, p.67).

Mesmo o processo de construção da sua *teoria dos campos* é entendido por Bourdieu como mais dependente da experimentação empírica, em diferentes campos, do que propriamente de reflexões teóricas a respeito dos seus fundamentos.

[...] a teoria científica apresenta-se como um programa de percepção e de ação só revelado no trabalho empírico em que se realiza. Construção provisória elaborada para o trabalho empírico e por meio dele, ganha menos com a polêmica teórica do que com a defrontação com novos objetos (BOURDIEU, 1998a, p.59).

Bourdieu (1996a) recorre aos conceitos de *illusio*, investimento e libido para indicar a fonte da disposição dos agentes para a ação social. Para ele, não existe uma ação social desinteressada: todas elas voltam-se sempre para *jogar o jogo* do campo, isto é, construir e impor a sua *doxa* sobre as demais. Não se trata, portanto, de querer desfazer as relações de força de um campo, como se não existisse uma disputa entre os agentes. Trata-se, antes de mais nada, de colocar as relações de força *a favor* da sua crença. Dessa intenção é que decorre a *illusio* dos agentes, a sua postura de jogadores.

Todo campo social [...] tende a obter daqueles que nele entram essa relação com o campo que chamo de *illusio*. Eles podem querer inverter as relações de força no campo, mas, por isso mesmo, reconhecem os alvos, não são indiferentes. Querer fazer a revolução em um campo é concordar com o essencial do que é tacitamente exigido por esse campo, a saber, que ele é importante, que o que está em jogo aí é tão importante a ponto de se desejar aí fazer a revolução (BOURDIEU, 1996a, p.140).

Com a ideia de *illusio*, Bourdieu se opõe à concepção utilitarista que entende a ação social sempre como resultado de um cálculo racional voltado para a maximização da satisfação econômica do agente.

Primeiramente, o quadro descrito acima, segundo o qual as disposições cognitivas no campo social são moldadas para garantir determinadas condutas, põe por terra a ideia de uma motivação intencional do agente. A intenção do agente se limita, se aceita essa tese, a reproduzir uma conduta esperada e desejável – e que reforça o

sistema simbólico que a molda⁴. Para o lugar do cálculo consciente, Bourdieu oferece a noção de *cumplicidade ontológica* entre campo e *habitus*, para justificar a ação do agente. “Dito de outro modo, os agentes sociais têm ‘estratégias’ que só muito raramente são assentadas em uma verdadeira intenção estratégica” (BOURDIEU, 1996a, p.145).

Em segundo lugar, o campo econômico tem um sentido específico no pensamento de Bourdieu; portanto, quando um agente está, por exemplo, em um campo cultural ou científico, o que está em disputa não é uma visão econômica, mas uma disputa cultural ou científica, respectivamente. A concorrência epistêmica entre paradigmas científicos é uma disputa por uma *doxa* específica do campo científico, e o cientista pode estar fortemente envolvido, agindo pela *illusio* de uma disputa que não é econômica, mas científica.

A teoria da ação social, segundo Bourdieu, está, assim, ligada à sua teoria dos campos: a ação social só faz sentido no campo que estrutura, e pelo qual é estruturado, pelos *habitus* dos agentes que têm, justamente por compartilharem de todo o simbolismo do campo, uma disposição, *illusio*, para estar nele e valorizá-lo a ponto de nele querer impor a sua *doxa* como a *doxa* natural e universal desse campo. Em outras palavras, dominá-lo e exercer sobre todos os demais agentes uma *violência simbólica legítima* e legitimada pelas estruturas objetivas e subjetivas compartilhadas por todos.

A teoria dos campos e o local

Ao estudar a condição de vida de famílias marginalizadas na França, Bourdieu (1998b) identificou que existe uma homologia entre os espaços físicos e os espaços sociais, e que os chamados espaços excluídos são espaços caracterizados pela ausência, especialmente a ausência do Estado. Assim, o Estado faz uma construção política do espaço ao definir as suas políticas públicas de habitação e de distribuição dos aparelhos públicos, e, com isso, divide os espaços sociais segundo diferentes distinções na posse de capital.

A proximidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos

4 Não estamos, contudo, apontando que a noção de Bourdieu é determinista, no sentido de sinalizar que o agente SEMPRE age de acordo com esse *habitus* desenvolvido. Por definição, e como reforçado ao longo do texto, o *habitus* constitui uma PREDISPOSIÇÃO do agente para atuar e não uma DETERMINAÇÃO.

os seus efeitos, favorecendo ou facilitando a acumulação de capital social (BOURDIEU, 1998b, p.164).

O espaço físico pode ser dividido por atos legais e formais, e, de modo frequente, é objeto de disputas científicas em relação aos critérios naturais para a sua divisão e organização (BOURDIEU, 1998a, p.107-114). Entretanto, a divisão oficial da(s) região/regiões é sempre um ato simbólico, segundo a teoria dos campos, e exprime a produção e o reconhecimento das categorias comuns ao campo, e que moldam olhares de diferentes disciplinas para o estudo regional.

A regio e as suas fronteiras [...] não passam de vestígio apagado do ato de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território [...] em impor a definição [...] legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de divisão legítima do mundo social. Este ato de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um ato de conhecimento, o qual, por estar firmado, como todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia (BOURDIEU, 1998a, p.114).

Como na teoria dos campos há a chamada *cumplicidade ontológica* entre campo e *habitus*, o espaço social é definido em função da existência de um imaginário, comum compartilhado entre os seus agentes, o que os permite identificarem-se mutuamente como pertencentes a um campo específico. Por isso, a ideia de região, do ponto de vista do espaço físico, tem o seu limite heurístico até onde alcançarem as relações sociais, as disposições comuns a todos os agentes.

Dito de outra forma, o campo é limitado empiricamente pelo que está em disputa. Portanto a ideia de território ou região como foco para análises das ciências sociais só faz sentido se vista através das

lentes da teoria dos campos, como o espaço físico no qual as relações de poder no campo (espaço social) podem ser sentidas⁵.

Nessa ótica, é possível perceber que mesmo os atos jurídicos definidores das regiões são mais efetivos por serem simbólicos do que por serem jurídicos – aliás, só podem ser jurídicos *por* serem antes e, sobretudo, simbólicos. Assim é que a efetividade das lutas pela emancipação da identidade étnica, cultural, etc. de alguns é marcada mais como uma disputa pelo direito de poder definir as suas identidades do que por, propriamente, discutir o seu mérito. A disputa é sempre em torno da construção de uma agenda sobre o que *pode* ser discutido. Essas reflexões iniciais sobre o espaço reforçam a ideia de que são as relações que importam para a definição do espaço social, mais do que propriamente o espaço físico ou territorial, ainda que este último mantenha relação com o primeiro.

Para Bourdieu (1996a), todas as sociedades se apresentam como espaços sociais definidos por meio das relações que se observam entre os seus agentes, de modo que é possível afirmar que um grupo social sempre tem uma proximidade, no espaço social, entre os seus membros. É essa proximidade que permite a identificação mútua como grupo, a partilha de esquemas cognitivos e estruturas concretas que criam uma identidade – percebida e aceita como – comum a todos.

A noção de espaço contém, em si, o princípio de uma apreensão relacional do mundo social: ela afirma, de fato, que toda a ‘realidade’ que designa reside na exterioridade mútua dos elementos que a compõem (BOURDIEU, 1996a, p.48).

O Estado tem papel fundamental no trabalho de constituição simbólica dessa unidade, em função das suas prerrogativas autodesignadas e da sua capilaridade no espaço social, a partir das diferentes formas de capital que ele detém. Uma das prerrogativas burocráticas do Estado é o direito de nomeação e de instituição de cargos, estruturas e títulos que legitimam a forma como esse grupo passa a se organizar também no espaço físico. Esse processo de legitimação, evidentemente, passa pela construção de disposições cognitivas que façam os agentes perceberem a sua autoridade como

⁵ Milton Santos (2008) também sustentava que o espaço corresponde ao território, mais as relações sociais que o animam. À materialidade do território deveria juntar-se a imaterialidade das relações sociais para que se possa entender o espaço.

natural, e uma das construções necessárias para a percepção da unidade proposta é a noção de território, de espaço físico.

As discussões sobre o *local*, como adjetivo de *poder local* ou de *desenvolvimento local*, podem ser apreendidas a partir dessa perspectiva da comunhão de um sistema simbólico de classificação, divisão e percepção das estruturas concretas, em que o *alcance* das relações sociais é a medida da divisão do território. O *local* pode, portanto, ser entendido como um campo, um campo de disputas – antes de mais nada, pela própria definição de *local* – mas também uma disputa por uma de forma de organização das relações.

A partir dessas reflexões, queremos apresentar a noção de território como um *campo*, no qual a análise e a problematização das dinâmicas de participação política devem passar, obrigatoriamente, pelo entendimento da construção das relações de poder simbólico que estão presentes nas relações sociais. Entendemos que essa condição é fundamental para se poder avaliar tais dinâmicas participativas sem cair na miopia da “ausência de participação”. A seguir, é apresentado o método de pesquisa utilizado para coletar os dados empíricos sobre os quais foram construídas as reflexões deste estudo.

Método de pesquisa

As reflexões inicialmente expostas, procuraram situar o leitor em relação ao processo a partir do qual emergiu a questão debatida neste estudo. Essas reflexões nasceram da longa vivência que os pesquisadores tiveram com o bairro do Arquipélago, em Porto Alegre.

Capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre situa-se à margem do lago Guaíba, que deságua na Lagoa dos Patos e dali escorre para o sul do Estado, onde encontra o Oceano Atlântico. A região em que está o lago Guaíba é chamada de Delta do Jacuí, fazendo menção ao nome de um grande rio para o qual afluem vários outros das regiões de serra do estado. O Arquipélago é um bairro insular formado por um conjunto de 16 ilhas. A pesquisa foi realizada nas quatro mais populosas.

O estudo encampado pelo grupo de pesquisa ao qual os autores estão vinculados teve início em 2007. Em 2010 o trabalho de pesquisa passou a contar com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

O acúmulo de reflexões aqui expostas retomou alguns dados de mapeamento e diagnóstico do início desse trabalho, que foram atualizados com dados sociodemográficos de 2010; aproveitaram-se

alguns dados de outros membros do grupo de pesquisa, referenciados na forma das suas publicações; o estudo foi, finalmente, complementado com mais trabalhos de campo realizados durante os anos 2010 e 2011. Esse último período de trabalho teve como foco a tentativa de mapear as dinâmicas locais de desenvolvimento que tivessem proximidade com as práticas de Economia Solidária. Nesse sentido, foram entrevistados líderes comunitários e gestores de ONGs atuantes no território, cujas falas puderam ser trianguladas com dados secundários e com impressões colhidas por meio de observação participante, realizada durante várias reuniões e processos de mobilização local.

Com isso, são apresentados dados bastante pormenorizados do território, buscando, em um primeiro momento, caracterizar a sua situação de vulnerabilidade, e, na sequência, apresentar a descrição das principais relações e atuações observadas. Procurou-se fazer uma análise interpretativa desses dados que permitisse avaliar as práticas participativas dos atores sociais da luta pela superação da sua condição de vulnerabilidade, superação essa que é objetivo deste artigo.

Apresentação e discussão dos resultados

As ilhas possuem constituições históricas e geográficas diferentes entre si, o que configura a existência de diversos territórios dentro de um mesmo bairro. A Ilha da Pintada, mais afastada do continente, possui uma característica de pessoas nascidas no próprio local, pescadores que ali se instalaram na época da colonização açoriana, além de descendentes de escravos. Perfil extremamente diferente tem a Ilha Grande dos Marinheiros e do Pavão, composta, em sua maioria, por carroceiros e catadores oriundos de outros bairros de Porto Alegre e de diversas cidades do interior do estado, que ali se instalam por ser um local bastante próximo, tanto da entrada quanto do centro da cidade.

A realidade entre as ilhas é muito diferente, a oferta de serviços públicos não se dá de forma igualitária. Enquanto a Ilha da Pintada é mais urbanizada, as demais não possuem sequer água encanada. Isso acaba fragmentando a identidade de seus moradores, que não se reconhecem como pares na luta pelos mesmos direitos. A impressão que se tem é de que os diversos moradores se relacionam de forma diferente com o território, parecendo não perceberem uns aos outros: enquanto o pescador e o reciclador se amontoam nas entradas

das ilhas, de costas um para o outro, donos de mansões erguem altos muros que impedem os demais de se aproximarem ou mesmo de vislumbrarem, numa brecha da cerca, a paisagem do rio.

Até o início dos anos 1990 havia na Ilha Grande dos Marinheiros a criação de porcos, o que gerava sustento para muitas famílias, mas que foi proibida a partir de ação do Ministério Público, com vistas à preservação ambiental. Restou à população intensificar o trabalho na coleta e separação do lixo, sendo ali fundado, com o apoio de um irmão Marista, o primeiro galpão de reciclagem de Porto Alegre. Atualmente, o galpão funciona sob a tutela da Prefeitura e existem muitos outros galpões privados que estabelecem relações de “parceria” com carroceiros. Eles também acabam sendo uma alternativa de trabalho para os moradores. A coleta de materiais recicláveis também é fonte de sobrevivência dos moradores da Ilha do Pavão, porém a atividade é feita individualmente, no pátio das casas.

Os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) mapeados foram quatro: a associação de pescadores da colônia Z-5, ao qual se vinculava, ainda, uma cooperativa de preparação e venda de pescados, uma cooperativa de serviços mistos (COOPAL) e duas associações que congregavam carroceiros, pessoas/famílias que usam veículos de tração animal para coletar resíduos urbanos e depois fazerem separação e venda do material triado. O grau de organização dessas iniciativas é relativamente alto, as duas cooperativas são, inclusive, formalizadas, e a dos pescadores tem cerca de 90 anos de existência, estando ligada a mais tradicional das atividades econômicas e sociais do bairro Arquipélago: a pesca.

As duas associações de carroceiros nascem ligadas a movimentos de organização da atividade, que ganha corpo nos anos 1990 e 2000 com a escalada da pobreza urbana em Porto Alegre, décadas em que se viu crescer, fortemente, essa atividade, marcada pelas precarização e insalubridade. As duas associações rivalizam no território, mas se unem em causas comuns e em alguns momentos de mobilização, como se percebe pelo estudo de Bauer e Carrion (2010). Em relação à aproximação e ao conhecimento dessas iniciativas em que há mobilização, a ênfase deste estudo recaiu, sobretudo, sobre o conhecimento e acompanhamento das ações no território do que, propriamente, sobre o seu funcionamento interno, como empreendimentos.

O número de Organizações Não Governamentais que atuam no território é bem grande e estas atuam em diferentes áreas/ações: a ação mais intensa é da AVESOL (Associação de Voluntariado e

Solidariedade), ligada à congregação Marista da igreja católica, que mantém um centro social (CESMAR: Centro Social Marista Nossa Senhora das Águas), com atendimento de contraturno escolar a crianças, além de manter uma escola infantil (Creche Tia Jussara) para crianças de zero a seis anos, além do galpão Nossa Senhora Aparecida, onde funciona uma unidade de triagem da coleta seletiva de Porto Alegre.

Três irmãos maristas que gerenciam essas iniciativas residem no próprio Arquipélago e se mostram intimamente envolvidos com outras ações e reivindicações da comunidade. A Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente (RIPCA) é a atividade em torno da qual se percebe a maior participação comunitária no Arquipélago e acontece em outro espaço físico da congregação marista, localizado ao lado do galpão de reciclagem.

Outra organização com forte presença no território é o CAMP (Centro de Assessoria Multiprofissional), ONG com mais de 30 anos e atuando no campo da educação popular e de atividades de formação para movimentos sociais. A atuação mais recente refere-se à execução de um programa do governo municipal chamado de *Ação Rua*, que visa a mobilização comunitária na participação da construção de políticas públicas dentro do que é chamado pela prefeitura de Programa de Governança Solidária Local (PGSL). A ONG tem uma trajetória interessante em relação à execução do projeto. Nesta trajetória, foi possível identificar que as ações em que há mais participação da comunidade são aquelas relacionadas à solução de problemas emergenciais, ligados à qualidade de vida no território, e não tanto ligados às instâncias formais criadas e orquestradas pelo poder público.

Quanto ao poder público em si, há uma presença forte no território, por um lado através do CAR (Centro Administrativo Regional), uma espécie de subprefeitura com um administrador e que faz a mediação entre as demandas locais e a estrutura burocrática do poder público; e, por outro lado, através do Programa de Governança Solidária Local (PGSL), que foi uma bandeira da gestão que sucedeu os 16 anos de hegemonia do Partido dos Trabalhadores (PT) na prefeitura de Porto Alegre, bandeira essa correspondente ao orçamento participativo (OP). A ação do poder público é atravessada por uma disputa ideológica sobre os próprios conceitos de participação e de cidadania, uma vez que o PGSL representou uma tentativa do novo governo de suceder o OP, mantendo a bandeira da participação popular, porém refletindo uma concepção neoliberal de redução da

participação do Estado e sua conseqüente desresponsabilização pela situação precária de vida do território.

No Arquipélago, foi possível verificar a presença de muitos conflitos e disputas, resultantes do que caracterizamos, na descrição do território, como a presença de objetivos conflitantes e divergentes entre a comunidade, as ONG e o poder público, cada qual com projetos diferenciados e metodologias distintas. Tanto as ONG como o poder público trabalham com a noção de emancipação e participação, embora exista uma confusão semântica proposital no uso desses termos, que, nas diferentes iniciativas, ganham significados distintos, conforme os projetos políticos que os inspiram.

Por fim, há a própria comunidade que, parecendo estar alheia às propostas, tanto do governo quanto das ONG, tenta construir suas alternativas de melhorias por meio de lutas pontuais a respeito de questões que lhe são prementes. Vale ressaltar que a falta de articulação foi constatada como marcante, no sentido de uma aparente não cooperação em torno de alguns espaços institucionalizados de participação, como o PGSL da prefeitura ou o Conselho Deliberativo da APAEDJ⁶.

Por outro lado, foi possível constatar, durante o período da pesquisa, forte mobilização em torno da RIPCA, que se mostrou um espaço rico em que, como já salientado, não se discutiam apenas as questões ligadas às crianças e aos adolescentes, tal como foi intenção dos técnicos do PGSL da prefeitura quando de sua entrada em cena. Na RIPCA, foi possível perceber uma inovação social que passava pela ocupação de um espaço concebido como legítimo pelas pessoas, espaço para se discutirem problemas comuns, para apresentar reivindicações e promover mobilizações em torno de questões de interesse imediato.

Essa inovação é relevante porque revela que, embora as pessoas não tenham reconhecido e legitimado os espaços formais de

⁶ Em 2005, uma parte do bairro Arquipélago passou a ser Área de Preservação Ambiental Delta do Jacuí (APAEDJ), a partir da Lei Estadual 12.371/05, que definiu os limites do Parque e da Área de Proteção Ambiental. As terras pertencentes aos limites da APAEDJ são de uso privado e pertencem aos seus proprietários, que já possuem o registro, ou podem ser regularizadas por aqueles que não possuem. Já as terras pertencentes ao PEDJ deverão ser adquiridas pelo estado do RS, pois são áreas destinadas à “proteção integral dos ecossistemas, sem a presença da ocupação humana”. Os termos de referência para a regularização fundiária e os Planos de Manejo ainda estão em elaboração por “equipes técnicas”, o que, obviamente, não inclui membros da comunidade. Esta pode participar do Conselho Deliberativo da APAEDJ, que tem como finalidade proporcionar alternativas para a resolução dos problemas de ordem social, econômica e ambiental.

participação propostos pelo poder público, a participação em si existe. O novo deve-se ao fato de as pessoas procurarem construir esse espaço fora dos mecanismos formais ou institucionalizados, em especial o PGSL, que tem suas ideologia e metodologia ancoradas nos processos de concentração e na governança local. Os atores locais não legitimaram esse mecanismo oficial, o que suscitou a fala dos gestores públicos de que as pessoas não participavam. A própria ONG CAMP chegou a ter a percepção de que as pessoas “não participavam” do projeto oficial que ela executava no território, até que as escutou e entendeu que a participação estava, sim, acontecendo, mas com duas diferenças básicas: (i) em torno de questões prementes do dia a dia, da solução de questões imediatas, como a distribuição de cestas básicas em períodos de enchente, ou como a mobilização contra a “Lei das Carroças” ou pela luta por mais vagas nas creches municipais, etc.; (ii) essa participação não se dava em torno de espaços formais e/ou oficiais e/ou institucionais, mas sim naqueles locais e momentos reconhecidos como um espaço efetivamente “comunitário”, aos quais as pessoas se sentiam genuinamente pertencentes, justamente por serem espaços em que seus dramas pessoais e familiares pareciam encontrar eco e identificação com outras pessoas iguais.

Por exemplo, a mobilização com as carroças na autoestrada, na entrada da cidade de Porto Alegre, que fez o caminho pelo qual as carroças transitam no trajeto de busca por resíduos sólidos, uniu as duas associações de carroceiros presentes no Arquipélago. Diante da ameaça de proibição de tráfego de carroças nessa via⁷, as suas filiações diferentes, adversárias em termos de movimentos e lutas sociais mais amplas, deixou de fazer sentido perante a iminência de serem proibidos de buscar o seu “ganha pão” no centro da metrópole, fazendo com que se unisses por meio da organização do bloqueio do trânsito.

Essa inovação surpreende, pois esses movimentos, aparentemente não coordenados e não organizados sob a forma de um movimento social - no seu sentido tradicional nas ciências sociais - desafia-nos a procurar captar e entender essas dinâmicas a partir de uma lente que, ao que nos parece, ainda não foi construída. A ciência social talvez precise se reorganizar para entender essa forma de participação a partir das próprias pessoas e do território no qual se

7 Em 10 de setembro de 2008, a Lei 10.531 foi sancionada pelo prefeito, depois de aprovada em sessão da câmara de vereadores em 16/06/2008. O vereador que propôs a Lei é, atualmente, o vice-prefeito eleito para a gestão 2013-2016 em Porto Alegre.

estabelecem tais relações - entre elas e delas com o restante da sociedade, com o Estado, com as ONG e com a própria academia.

Outros trabalhos recentes também exploraram situações semelhantes em diferentes estudos de caso, evidenciando “falhas” entre as suposições e concepções teóricas a respeito de práticas e políticas participativas e a realidade empírica. Estudos sobre conselhos gestores (RONCONI, DEBETIR e DE MATTIA, 2010) conselhos municipais de saúde (ZANI e KRONEMNERGER, 2010), conselhos regionais de desenvolvimento (TENÓRIO *et al.*, 2010) e conselhos gestores de bacias hidrográficas (ZAPELINI, 2010), apontaram dissonâncias entre as concepções e as práticas dos atores, evidenciando distorções, como processos de cooptação, não participação, correlação de poder e forças para fazer prevalecer uma visão particular e lhe dar roupagem de decisão coletiva e democrática, entre outras formas de fricções nos processos participativos. Ou seja, ao tratarmos de políticas e espaços de participação direta, deflagrados no Brasil a partir da constituição de 1988 e da posterior emergência de diferentes formas de participação popular, parece estarmos diante de uma apropriação desses diferentes espaços e mecanismos para fazer valer a mesma racionalidade de processos centralizados e tecnocráticos.

E as populações em situação de vulnerabilidade social, cultural, política, ambiental ou econômica percebem essa camuflagem dos discursos participativos e democráticos e, de fato, parecem se desinteressar por esses espaços e mecanismos, e o seu critério de escolha é simples: eles não resolvem os seus problemas, e a sua situação de (muitas) dificuldades em todas as dimensões de vida se perpetua. Pior do que isso, o discurso perverso que acompanha essa situação passa a responsabilizar as pessoas pela sua condição desfavorável, uma vez que lhes teriam sido oferecidos espaços e mecanismos para participarem e serem protagonistas das suas próprias vidas, mas elas, todavia, teriam se recusado a participar. Com isso, o Estado “lava as mãos” e as ONG, subcontratadas pelo próprio Estado ou por organizações privadas, na esteira das suas práticas de responsabilidade social, permanecem fazendo os seus trabalhos pontuais de mitigação dos efeitos/sintomas das condições desfavoráveis de vida que se perpetuam nesses territórios, denúncia que não é nova nessa relação Estado x Sociedade Civil, relação essa que emergiu no contexto neoliberal do final do século XX, como sinalizado por Montaño (2008).

A inovação nos processos de participação e mobilização comunitárias parece nascer do “desencanto” com a noção distorcida, construída pelo discurso neoliberal, de uma sociedade civil autônoma, empoderada e independente e que, conforme Dagnino (1994, 2004a, 2004b), perverte as noções de sociedade civil, de cidadania e de participação. Mas esse desencanto não parece ter ares depressivos ou de acomodação e conformidade. Pelo contrário, a urgência e a gravidade das demandas materiais e simbólicas (de reconhecimento e respeito como cidadãos, por exemplo) nesses territórios impelem as pessoas para a ação e para o desenvolvimento de formas inovadoras de relações. Inovadoras, repetimos, porque passa à margem das formas organizadas e estruturadas de protestos, e, conseqüentemente, também passa à margem do nosso imaginário acadêmico ainda, relativamente, positivista e estruturalista em demasia.

Ou seja, se essas novas formas de mobilização pelo desenvolvimento territorial parecem acontecer de modo intenso e vibrante nos espaços legitimados pelas pessoas, e não nos espaços formais/institucionais propostos pelo Estado, mesmo quando este adota metodologias participativas, o grande entrave à inovação social nesse tipo de território vulnerável parece ser a suposição racional e tecnoburocrática de que se possa conformar o imaginário e as aspirações das pessoas na perspectiva de um “consenso” democraticamente construído.

Isso nos leva a concluir que a “imperfeição” em captar a riqueza do que se percebe de movimento das pessoas no território pode decorrer do próprio modelo cognitivo usado na concepção da pesquisa. Ou seja, a nossa própria construção acadêmica é que parece, de certo modo, “imperfeita”, no sentido de que ela nasce de uma pressuposição de que nesses territórios estaríamos diante de uma dinâmica de participação, conforme esse processo é praticado por pessoas que dispõem dos mesmo *habitus* que nós, acadêmicos.

O grau de precariedade material e política das comunidades em que a pesquisa esteve presente, ao mesmo tempo em que cria dificuldades significativas para a vida dos sujeitos, parece, também, mobilizá-los, ainda mais, para a ação. As formas de ação e mobilização encontradas, e os rudimentos de relações e articulações que se mostram em curso, é que desafiam o pensamento social tradicional, independentemente de sua matriz ideológica, comomencionado.

O fato é que a noção de participação que se cria nesses espaços se diferencia tanto das propostas tecnocráticas do Estado quanto das aspirações emancipatórias das organizações sociais e – por que não

dizer – da própria academia. Como foi possível concluir a partir das primeiras etapas da pesquisa, a dinâmica local de participação nesses territórios de alta vulnerabilidade social tem contornos próprios quanto à sua forma de organização, e acontece a partir de processos de mobilização que apresentam duas características centrais, já referidas na explanação quanto ao alcance dos objetivos específicos, mas que precisam ser reforçadas: (i) a mobilização acontece em torno das questões que são prementes para aquela comunidade e (ii) ela se dá em torno de espaços e momentos não obrigatoriamente formais ou institucionalizados.

Podemos olhar para esse comportamento de participação a partir da noção de *campo*, denotando que há uma disputa a respeito da própria ideia de participação. As condições de alta vulnerabilidade estão a exigir tanto da tecnoburocracia estatal quanto “ongueira” uma desconstrução epistemológica, uma vez que a nossa visão tradicional e etnocêntrica de participação desrespeita e marginaliza o modo de vida e de organização social dominante nesses territórios. Esse modo de viver, esse *habitus*, construído nas relações sociais típicas de espaços como o estudado, precisa ser entendido, e não desqualificado, sob o risco de as políticas e práticas de todos os agentes externos, inclusive da academia, reforçarem a impossibilidade de construção de um projeto democrático.

É evidente que, a despeito dos matizes político-ideológicas de todas as propostas de governos, de entidades de apoio e da universidade, nas suas pesquisas e projetos de extensão, é possível haver “boas intenções”. Contudo, essas boas intenções são construídas “do lado de cá” e não dialogam efetivamente com os modos de vida construídos e consolidados em tais espaços. A noção de diálogo choca-se com a noção de disputa de poder (mais ou menos aparente), presente na sociologia de Bourdieu e, rapidamente, revisitada neste texto. Esta noção nos permite fazer uma autocrítica muito salutar a respeito das estratégias que estão sendo intentadas para os tão festejados processos de superação da pobreza no Brasil nos últimos anos. Estamos sempre buscando um processo de “inclusão social”, que denota a ideia de “trazer para o lado de dentro” pessoas que não “se enquadram” em um modelo idealizado e racionalmente organizado de vida, de sociedade, de desempenho econômico e de participação política, mas não nos preocupamos com o entendimento das dinâmicas de vida que se formam em tais espaços.

Considerações Finais

O presente estudo objetivou refletir criticamente a respeito das práticas participativas dos atores sociais de um território de alta vulnerabilidade social e tal reflexão foi realizada a partir de um acúmulo de conhecimentos empíricos nesse campo, saberes esses confrontados com a sociologia de Bourdieu, especialmente com os conceitos de campo e de *habitus*. Nossa intenção teve origem na ausência de explicações sociológicas para muitos dos fenômenos sociais, difíceis de explicar e entender a partir de referências centradas nas noções de participação política construídas no seio da própria academia ou em espaços de conformação de políticas públicas.

Descrevemos a incongruência entre tais referenciais/conceitos e a vida como ela se organiza nesses espaços de alta vulnerabilidade; e a revisão de determinados conceitos nos ajudou a perceber as práticas estatais, públicas ou acadêmicas como imposições teóricas e práticas que deslegitimam e marginalizam as ideias de pessoas e de grupos sociais, já marginalizados e invisibilizados.

Propormos essa reflexão crítica com a intenção construtiva de fazer com que a Gestão Social possa ser, efetivamente, vista “como um processo através do qual uma sociedade pode se organizar para resolver de modo criativo e inovador os seus problemas”, citando a introdução deste texto. Atualmente, nosso discurso (dos acadêmicos) é democrático e arejado, mas nossas práticas correm o risco de serem autoritárias e epistemicidas, colocando-nos numa luta quase covarde contra as visões e concepções de mundo das pessoas e comunidades de que nos nutrimos para pesquisar, produzir e militar.

Também é evidente que este breve ensaio se mostra incapaz de problematizar essa questão em toda sua extensão e complexidade. O exercício da alteridade é infinito e permanente, e precisa de contribuições multidisciplinares para ser efetivo. Assim, nossa contribuição busca apresentara ideia do *poder simbólico* que exercem os atores externos às comunidades de alta vulnerabilidade social e fica a provocação para que outros pesquisadores e outras pesquisadoras reflitam igualmente sobre o tema, quem sabe a partir de outras perspectivas teóricas.

Referências

BOULLOSA, R. de F.; SCHOMMER, P. C.. Limites da natureza da inovação ou qual o futuro da gestão social? *In*: Encontro anula da

ANPAD, 32, Rio de Janeiro, 07 a 10 de setembro de 2008 [Anais...]. Rio de Janeiro: ANPAD, 2008, 16.p.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996a, 224 p.

_____. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1996b, 189 p.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998a, 322 p.

_____. (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1998b, 2.ed.

_____. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. São Paulo: Zouk, 2004, 219p.

DAGNINO, E.a. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.103-115.

_____. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. In: **Política e sociedade**. n. 5, outubro 2004a, p.139-164

_____. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D.; GARCIA, I. (orgs.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004b, p.95-França Filho (2007).

GOBBI, B. C.; PAÇO CUNHA, E.; BRITO M. J.; SENGER I. Politizando o conceito de redes organizacionais: uma reflexão teórica da governança como jogo de poder. In: **CADERNOS EBAPE**. Vol. III n.1., março 2005.

MISOCZKY, M. C. A. Implicações do uso das formulações sobre campo de poder e ação de Bourdieu nos estudos organizacionais. In: **Revista de Administração Contemporânea**. Ed. Especial, 2003:09-30.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RONCONI, L. F. A.; DEBETIR E.; DE MATTIA, C. **Conselhos Gestores de Políticas Públicas: Espaços de Encontro para a Co-produção dos Serviços Públicos** In: IV Encontro de Administração Pública e Governança ANPAD. [Anais]. 28-30 novembro 2010. Vitória – ES.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paula: EDUSP, 2008.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. *In*: TENÓRIO, F. G. **Tem razão a administração?** Ijuí, Unijuí, 2002, p.113-138.

TENÓRIO, F. G. DIAS, A. F.; MELO, W. S.; LOPES, J. F. R. Da participação à cidadania deliberativa: os processos decisórios participativos na implementação das políticas públicas na região do noroeste colonial gaúcho. *In*: IV Encontro de Administração Pública e Governança ANPAD. [Anais]. 28-30 novembro 2010. Vitória – ES.

ZANI, F. B.; KRONEMBERGER, T. S. Entre a autonomia e a institucionalização: a participação dos movimentos sociais no conselho municipal de saúde do Rio de Janeiro. *In*: IV Encontro de Administração Pública e Governança ANPAD. [Anais]. 28-30 novembro 2010. Vitória – ES.

ZAPELINI, M. B. Comitês de bacia hidrográfica: espaços de democracia, de cidadania, de participação, de deliberação? *In*: IV Encontro de Administração Pública e Governança ANPAD. [Anais]. 28-30 novembro 2010. Vitória – ES.